

ANC
P2

Consenso e democracia

JORNAL DE BRÁSILIA *Álvaro Pereira* 25 SET 1988

Depois de quase 20 meses de trabalho, a Constituinte chega ao seu final com a aprovação, por maioria expressiva de 474 votos, do texto definitivo da nova Constituição. Em mais uma sessão memorável, os constituintes esqueceram as divergências políticas e ideológicas da primeira fase dos debates para convalidar um projeto que representa a vontade do plenário e, conseqüentemente, traduz o pensamento médio da opinião pública do País. Apenas um partido, o PT, assumiria posição dissonante, negando-se a aprovar uma redação final que não agradava integralmente à direção do partido. Discordando de parte do projeto, o PT preferiu rejeitá-lo por completo.

Só o tempo e a história poderão julgar esta decisão. O mais importante, porém, é registrar que os mesmos petistas que votaram "não" em plenário fizeram questão, depois de colocar suas assinaturas nos autógrafos da nova Constituição. Tratava-se de mostrar que o partido diverge no adjetivo — por exemplo, a decisão sobre a reforma agrária, que não poderá atingir as terras produtivas —, sem negar o que lhe parecia substantivo — no caso, o processo de transição para a democracia.

Essa mesma posição, sem a contundência e o purismo ideológico do PT, marcaria a posição de

outros partidos. O PFL, do deputado José Lourenço, e o PDS, do senador Jarbas Passarinho, também fizeram restrições ao projeto, especialmente ao Capítulo sobre a Ordem Econômica. O conceito de empresa nacional, por exemplo, pareceu-lhes excessivamente "protecionista", para não dizer "discriminatório" em relação ao capital estrangeiro. Isso, num momento em que o País se ressentia da falta de um maior volume de investimentos, para seguir crescendo em ritmo compatível com os anseios da sociedade.

A aprovação do texto definitivo, com ressalvas, não deve ser motivo de preocupação. Ao contrário, é a confirmação de que os constituintes aprovaram um texto consensual, que agrada parcialmente a todos sem contentar plenamente a grupos específicos. Era esse o desejo das lideranças políticas mais responsáveis, no dia 1º de fevereiro de 87, quando a Constituinte foi instalada. O desejo agora se realiza, criando as condições para a consolidação de um regime verdadeiramente democrático no País.

No final dos trabalhos, a maior contribuição que se pode dar a este processo é repetir as palavras do senador Jarbas Passarinho: "Ninguém poderá arrogar-se o direito de insurgir-se contra a nova Constituição, seja qual for o seu poder ou a sua importância".